

Hélio Vianna e Pedro Calmon: identidade do historiador e embates em torno da escrita da História do Brasil

NAYARA GALENO DO VALE*

Em 20 de fevereiro do ano de 2007, o jornal “O Globo” trazia como matéria de capa do caderno “Prosa e Verso” autores que tinham sido menosprezados e esquecidos por motivos alheios à qualidade de suas obras. Na matéria, Isabel Lustosa, pesquisadora da Casa de Rui Barbosa, fazia uma defesa dos historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A autora afirmava que a obra de toda uma geração pertencente à instituição foi desprezada por ser associada a uma forma conservadora de se fazer história, sendo duramente criticada por uma historiografia marxista que a sucedeu. Entretanto, segundo Lustosa, tais historiadores anteciparam a preocupação contemporânea com o documento como fonte histórica. Como expoentes dessa geração, a autora cita Pedro Calmon e Hélio Vianna.¹

Enquanto Pedro Calmon entrou para os quadros do Instituto Histórico e Geográfico como sócio efetivo em 30 de abril de 1931, Hélio Vianna, mais novo, só o faria no ano de 1944. Ambos trilhavam o caminho da inserção em uma das mais importantes instituições do campo intelectual brasileiro.

Fundado em 1838, o IHGB demonstra a importância conferida ao estudo e à escrita da história nacional e sua vinculação ao ensino e à seleção e guarda de documentos que conferissem legitimidade a esse estudo e escrita. (SANTOS, 2009: 41) Mesmo que não se configurasse como única instância de produção do conhecimento histórico nas primeiras décadas do século XX, o Instituto ainda se mostrava como uma instituição de grande tradição e prestígio no cenário intelectual nacional.

Este trabalho busca analisar os livros **História da Civilização Brasileira (1933)**, de Pedro Calmon e **Formação Brasileira (1935)**, de Hélio Vianna com o intuito de compreender

* Mestra em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). Pesquisa desenvolvida com apoio do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa (PNAP) da Fundação Biblioteca Nacional.

¹ Uma oportuna revisão. Noticiário Número 215 – janeiro/fevereiro de 2007. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/noticiario.php?n=00215&s=0> (Acesso em 15 set 2012)

as semelhanças e diferenças em suas concepções de história os procedimentos que fundamentaram a escrita realizada pelos dois autores nos anos 1930.

Recentemente, a historiografia tem voltado o seu olhar para os saberes e referências que informam as práticas da disciplina histórica. Alguns trabalhos têm se questionado sobre o lugar ocupado (ou não) por determinados autores e obras. Assim, a vida e a obra de intelectuais “esquecidos” ou minimizados até então pela historiografia, como João Ribeiro, Oliveira Lima, Manoel Bomfim, Octavio Tarquínio de Sousa, Rocha Pombo, entre outros, têm sido objeto de pesquisas que mostram a diversidade e a abundância da produção historiográfica nas primeiras décadas do século XX.

As pesquisas têm mostrado a necessidade de, para além dos preconceitos, investigar a obra de autores que foram classificados como “tradicionais”. Essas obras, embora possam ter sido vistas *a posteriori* como “falhas”, representaram contribuições relevantes para o campo da história em seu tempo. Assim, destacamos a relevância de refletir sobre as obras de Pedro Calmon e Hélio Vianna entendendo-as como frutos de seu tempo e não em relação a um pretenso padrão de inovação a ser seguido estabelecido extemporaneamente.

Percursos intelectuais e mercado editorial nos anos 1930

Pedro Calmon Moniz de Bittencourt nasceu na cidade de Amargosa (Bahia) no ano de 1902. Era descendente de nobres franceses, católicos, que sofreram perseguição e fugiram da França para Portugal. Pertencia às aristocracias mineira e baiana, ligadas às administrações do Império e da República. Veio para o Rio de Janeiro em 1922, onde cursou Direito. (REIS, 2006: 33)

Tornou-se sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1931 e membro da Academia Brasileira de Letras no ano de 1936. Começou sua carreira como historiador profissional no Museu Histórico Nacional, em 1932, onde criou a cadeira de História da Civilização Brasileira. (FRANZINI, 2006: 188) Esteve à frente da Reitoria da Universidade do Brasil por dois períodos consecutivos: 1948 a 1950 e 1951 a 1966.

Hélio Martins Vianna tinha origens menos nobres. Nasceu em Belo Horizonte no ano de 1908, filho de um industrial, que fora comendador no Império.² Também emigrou para o Rio de Janeiro, onde se tornou Bacharel em Direito no ano de 1932. Em 1939, foi designado para ser o primeiro catedrático de História do Brasil da recém-criada Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, efetivando-se no cargo por concurso no ano de 1946. Foi membro da Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil do Ministério das Relações Exteriores e ulteriormente da Comissão Diretora de Publicações da Biblioteca do Exército e do Conselho Federal de Cultura.

Pedro Calmon e Hélio Vianna são donos de uma vasta e expressiva produção incluindo livros, publicações em periódicos, prefácios, edições críticas e anotações às obras de outros autores. Embora, seja no campo da História que os dois autores publicaram em maior volume, ambos também têm publicações em outros campos, como a área de direito (Pedro Calmon) e a área de turismo (Hélio Vianna). (COELHO, 1986: 1156-1208 e DOYLE, 1986: 585-614)

Apesar de possuírem ideias e concepções políticas diferentes e das particularidades em suas trajetórias, foram identificadas semelhanças nas publicações dos dois autores em relação à história. Essa afinidade se expressa no fato dos dois autores terem publicado, nos anos 1930, obras que buscavam na reinterpretação do passado o entendimento da nacionalidade e caminhos para o diagnóstico e enfrentamento dos problemas sociais.³ Os autores também são análogos na forma como foram lembrados pelas gerações de historiadores que os sucederam. Por esses motivos, resolvemos trabalhar as obras desses dois autores conjuntamente.

A expansão do mercado editorial no Brasil se verifica nos anos 1930 e é acompanhada pelo surgimento de diversas casas editoriais e pelas transformações nos processos de produção dos livros. Como parte das iniciativas empresariais de modernização e afirmação de um mercado do livro no Brasil, diversas editoras lançaram coleções destinadas à discussão de temas nacionais. (DUTRA, 2004: 1) Tais coleções deveriam, a um só tempo, oferecer aos

² Cf. RICH, Lênio Luiz. **Família Gonçalves Barroso**. Disponível em: http://www.genealogiabrasileira.com/cantagalo/cantagalo_gmgoncbarroso.htm (Acesso em 20 set 2012)

³ Ver Retratos do Brasil. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado/RetratosDoBrasil> (Acesso em 20 set 2012)

leitores obras ao mesmo tempo de baixo custo e relevantes por conterem interpretações fundamentais para a compreensão da realidade brasileira. (FRANZINI, 2006: 13-14)

Seguindo essa linha foram lançados os livros **História da Civilização Brasileira**, no ano de 1933, por Pedro Calmon e **Formação Brasileira**, no ano de 1935 por Hélio Vianna. /o primeiro livro era o volume 14 da série Brasiliana, quinta da coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, editada pela Companhia Editora Nacional e dirigida por Fernando de Azevedo. O livro, destinado aos estudantes de cursos superiores é fruto de um curso dado pelo autor no Museu Nacional e segue os programas do Colégio Pedro II – instituição considerada padrão de ensino para os demais colégios de Ensino Secundário – do qual Pedro Calmon se tornaria catedrático de História do Brasil no ano de 1955.

Formação Brasileira é publicado dois anos depois como volume da coleção “Problemas Políticos Contemporâneos”, editada pela José Olympio Editora. Na definição de Hallewell a coleção era “pura propaganda integralista”. Franzini aponta que embora nem todos os autores publicados pela coleção fossem integralistas, entre os seus nomes figuravam importantes lideranças como Plínio Salgado e Miguel Reale. (FRANZINI, 2006: 83) O próprio Hélio Vianna fazia parte do movimento integralista. Seu livro, segundo explica no Prefácio, nasce da incumbência de realizar um curso de “Historia Política e Social do Brasil, no Departamento Provincial de Estudos da Ação Integralista Brasileira, no Rio de Janeiro”. (VIANNA, 1935: 7)

Ao que tudo indica, o livro de Pedro Calmon encontrou uma melhor recepção, pois em 1937, apenas dois anos após o seu lançamento, já estava em sua terceira edição.⁴ O livro também foi traduzido para o espanhol e publicado na “Biblioteca de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana” organizada pela “Comision Revisora de Textos de Historia e Geografia Americana”. O objetivo da coleção era incentivar o pacifismo por meio da tradução de obras das áreas de História, Geografia e Letras cuja distribuição seria feita em escolas públicas argentinas e aos professores de ensino primário, secundário e superior. (SILVA, 2012: 7)

⁴ Foram consultadas para esse trabalho a primeira edição (1933), a terceira edição (1937) e a edição publicada pelo Senado Federal em 2002, na Biblioteca básica brasileira. Todas as edições consultadas pertencem ao acervo da Biblioteca Nacional.

Enquanto isso, após o Golpe do Estado Novo, em 1937, o integralismo foi rechaçado e esvaziado pelo regime de Getúlio Vargas. A coleção “Problemas Políticos Contemporâneos” foi no mesmo ano encerrada pelo editor e o livro de Hélio Vianna não teve uma segunda edição. (FRANZINI, 2006: 83)

Ideias e ideais acerca da História do Brasil

Rebeca Gontijo, ao abordar a identidade do historiador, afirma que tal identidade se constrói em torno de dois exercícios de legitimação: o coletivo e o individual. O primeiro resulta da atuação dos pares, na direção de situar o historiador em uma determinada tradição intelectual e o segundo corresponde aos investimentos feitos pelo próprio historiador no interior de um campo de possibilidades que a ele se apresentam naquele momento. A entrada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) se afigurava para os autores como um investimento intelectual e uma porta para o “pequeno mundo” dos historiadores⁵, uma vez que a instituição, além de ser guardiã de um valioso acervo documental, também era lugar de reunião de profissionais conceituados em torno dos estudos históricos. (GONTIJO, 2006: 7 e 37 e SIRINELLI, 2003: 247)

A escrita da História do Brasil nas décadas finais do século XIX ganha certa autonomia em relação ao Estado, deixando sua produção de estar vinculada exclusivamente ao IHGB, como anteriormente. O campo da história ganha maior delimitação diferenciando-se de outros campos intelectuais pelo desenvolvimento de um método próprio. Um dos indícios dessa autonomia em relação ao IHGB, não mais considerado a “única instância de legitimação da produção histórica” é a publicação expressiva produção de cunho histórico em jornais. (HANSEN, 2000: 43)

Por outro lado, a inovação engendrada na historiografia brasileira a partir do trabalho de Capistrano de Abreu encontrou eco no interior do IHGB, do qual Capistrano foi membro, embora sua condição na instituição fosse marginal. (FRANZINI, 2006: 44) A especialização

⁵ Expressão criada por Rebeca Gontijo a partir da definição de Jean François Sirinelli, de que o meio intelectual seria um “pequeno mundo estreito”.

do campo da História do Brasil deveria se fazer por meio da adoção de procedimentos de pesquisa tipo como “modernos”, isto é, a análise de documentos e a confrontação de testemunhos para se chegar à verdade dos “fatos”. O historiador passa a ser enxergado como um especialista cujo trabalho se caracteriza por um método e pela minúcia e erudição com as quais é capaz de aplicar esse método. (ARAÚJO, 1988: 31) Nesse sentido, Capistrano de Abreu é lembrado como o primeiro historiador brasileiro no sentido moderno do termo. (FRANZINI, 2006: 36)

Entretanto, a crítica documental é apenas um passo para a escrita da história. O próprio Capistrano aponta a necessidade do desenvolvimento de uma síntese capaz de empreender uma recriação da vida por meio da escrita. Capistrano asseverava que faltara a Varnhagen⁶ a capacidade de insuflar a história de um “espírito superior” capaz de lhe conferir unidade e inteligibilidade. (GUIMARÃES, 2009: 288) Para isso, fazia-se necessária a erudição, para que se construísse uma narrativa dotada de “sentido”. Esse esforço de crítica e interpretação é o que conferem a Capistrano o *status* de modelo a ser seguido pelos historiadores após a década de 1920. (GOMES, 1996: 123)

A análise de Capistrano perseguia a formação da nação brasileira, nos moldes de Varnhagen e dos análogos historiadores do IHGB, entretanto, sua abordagem se distanciava da evolução política para aproximar-se da geografia tomando a ocupação do território e seu povoamento como linhas-mestras do processo de colonização. (FRANZINI, p. 37) Capistrano apresentava a História do Brasil sob diferentes ângulos, privilegiando as relações sociais, culturais e econômicas desenvolvidas no período colonial. Assim, sua história teria por finalidade mostrar a formação do país e da nação “de dentro para fora”, tomando como personagem principal o povo, excluído da análise de Varnhagen. (FRANZINI, p. 41)

Voltemos aos livros que nos servem de fontes e objetos de análise. Ambos buscavam empreender sínteses da história do Brasil. Hélio Vianna procurava, a partir de sua obra, analisar a formação da nacionalidade brasileira em três períodos “político-sociais da nossa

⁶ Francisco Adolfo de Varnhagen, o visconde de Porto Seguro, escreveu a **História Geral do Brasil** nos anos 1850. Pela escrita dessa obra é considerado o “fundador” da História do Brasil, pois nela expressava uma preocupação documental na elaboração do passado brasileiro representada pela recente fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (REIS, 2007: 23)

história, o da dilatação colonial, o da integralização monarchica e o da dispersão republicana”, para isso, o autor se propunha a “focalizar toda a expansão geographica de que resultou o aparecimento do Brasil, esclarecendo ao mesmo tempo, quaes foram os coefficients humanos nessa obra utilizados”. (VIANNA, 1935: 10)

De forma semelhante a Pedro Calmon, que objetivava com sua obra empreender uma “nova síntese da história do Brasil: história social, econômica, administrativa e política. A História da Civilização Brasileira”, Vianna ambicionava vislumbrar “o que de mais social e de mais politico se contém na nossa formação”. (CALMON, 1933: 3 e VIANNA, 1935: 7) Ambos buscavam, seguindo uma corrente de pensamento inaugurada por Capistrano, o privilégio de uma história que não fosse apenas política e administrativa, não mais uma história do colonizador português, mas uma história que realizasse a compreensão da formação de uma identidade brasileira simbolizada por seu povo. (REIS, 2007: 95)

As sínteses na “História da Civilização” e na “Formação” brasileiras

O livro de Pedro Calmon, **História da Civilização Brasileira**, conta com 277 páginas e o de Hélio Vianna, **Formação Brasileira**, conta com 258 páginas. O primeiro traz uma periodização cronológica que se inicia com “O descobrimento e a posse do Brasil” e se encerra na “Proclamação da Republica”. O conteúdo do livro é dividido em 26 capítulos, sendo 168 páginas dedicadas ao período colonial, 96 dedicadas ao período imperial e apenas 12 dedicadas à Proclamação da República.

O livro de Hélio Vianna segue uma composição diferente. É constituído de 15 capítulos, sendo que 10 desses capítulos organizados em uma narrativa cronológica que vai desde as “Preliminares europeias” até o “Segundo Reinado – Os partidos políticos, o parlamentarismo e o poder moderador”. Os demais capítulos são temáticos, versando sobre “A escravidão dos negros no Brasil”, “Política exterior do Imperio e da Republica”, “Rebelliões Republicanas” e “As Constituições de 1891 e de 1934”, um “Esboço de uma Historia Economica e Financeira do Brasil, desde a Abertura dos Portos” e uma “Síntese de uma História da Educação no Brasil”. No cômputo geral das páginas, o privilégio é do

período colonial, embora a organização temática não deixe entrever exatamente quantas páginas são dedicadas a cada período da história brasileira. (VIANNA, 1935: 5-6)

Em sua introdução, Hélio Vianna afirmava a existência de três períodos político-sociais na história brasileira: “o da dilatação colonial, o da integralização monarchica e o da dispersão republicana”. No primeiro, teriam se consolidado a dilatação do território e a ele se seguiria a fase “real e imperial”, caracterizada pela “integralização desse mesmo território e da nacionalidade que dentro d'elle se formara”. Por fim, teria tido início o último período da evolução brasileira, no qual a “Republica apparece como uma força antes desorganizadora que convenientemente reformadora”. Assim, o período em que se estava vivendo mostra-se, para Hélio Vianna, como uma época na qual “as improvisações passaram a ser a regra”, um tempo de “evidente decadencia brasileira nesse aspecto essencial para a vida de um povo, que é o da sua conformação nacional, consolidada e definitiva.” (VIANNA, 1935: 10; 19; 22; 24)

Temos assim, um sentido extremamente pessimista para o rumo tomado pelo país após a adoção do sistema republicano. Em contrapartida, em **História da Civilização Brasileira**, Pedro Calmon faz um resumo da evolução do país que, segundo Reis, “exprime um otimismo ingênuo em relação à história brasileira”. Ingênuo porque tenta a todo custo mostrar que somos um povo unido e que evoluímos serenamente para sermos o melhor que podemos, rumo à felicidade, porque a nacionalidade estaria consolidada no território e na alma do povo brasileiro. (REIS, 2006: 37-39)

Pedro Calmon buscou elementos para estudar a constituição do povo brasileiro a partir do que chamou de “troca de influências” entre as raças, fazendo menção sempre ao processo de mestiçagem e à convivência benéfica entre os três tipos formadores da sociedade brasileira, o português, o negro e o índio. Visualizou a partir dessa convivência a formação de um “indivíduo médio”, o mestiço e uma “sociedade média”. O autor enxergou nessa “média” a explicação da evolução nacional, que resultou um país harmonioso etnicamente e equilibrado. Ao buscar analisar a formação do povo brasileiro, Calmon opta por recorrer à clássica fórmula da composição das três raças proposta por Von Martius ainda no século XIX. (CALMON, 1933: 30-31 e ARAÚJO, 2006: 69-70)

Demonstrando uma visão romântica, o autor localiza o início da formação da identidade nacional nas guerras holandesas, que segundo ele, “tiveram a virtude de argamassar num tipo, até então desconhecido, os elementos díspares da colonização.” As guerras holandesas possibilitam o surgimento de um “tipo” resultante da mescla das três raças. Em virtude desse episódio, branco, índio e negro, “aliados para a repulsa do intruso”, segundo o autor, estavam “acomodados no seu amor á terra adotiva ou do berço, como se o dever de defendê-la já fosse ‘patriotismo’”. (CALMON, 1933: 51 APUD ARAÚJO, 2006: 70)

Por outro lado, Calmon não desprezou completamente as diferenças raciais que a biologia de então apregoava. Na caracterização dos papéis das três raças no processo de colonização, reservou ao português a função de articulador da nação nascente, o de desbravador onde até então só existiria selvageria e barbárie. O autor desloca a mestiçagem do campo da biologia para o campo da cultura, quando aponta a troca de influência entre as raças no campo cultural para contar a história de uma civilização engendrada por indivíduos mestiços. (ARAÚJO, 2006: 76)

Ao privilegiar a formação cultural brasileira, Calmon apresenta uma conformação para o brasileiro no século XVII tornando-o agente de sua própria civilização mestiça, quando a mestiçagem ainda carregava um forte estigma. As elites das décadas iniciais do século XX temiam um futuro pouco promissor para o país miscigenado. A esperança das elites era a imigração europeia. Se a mistura das raças havia condenado o país, também haveria de salvá-lo. Diante da necessidade de se conviver com a mestiçagem, Pedro Calmon buscou uma saída positiva para a questão. Ao criar uma sociedade composta por indivíduos “médios”, resultado das interações entre o branco, o negro e o indígena, Calmon mostrou que o Brasil também era capaz de se constituir sobre as bases da “civilização” e do “progresso”. (ARAÚJO, 2006: 79-80)

O autor idealiza a miscigenação de uma forma que lembra o indianismo do século XIX. A imagem romantizada do “encontro” do indígena com o português é mobilizada pelo autor como um recurso compensatório pela crueldade da investida portuguesa contra a “raça” assimilada ou “eliminada”. Entretanto, na sua análise foi o índio que influenciou o português

e não o contrário. Em sua visão “ao invés de «europeizar-se» o selvagem, foi o branco que se «indianizou»”. O autor menciona o sertanejo como exemplo de permanências da cultura indígena no caráter brasileiro. (CALMON, 1933: 30 APUD ARAÚJO, 2006: 83)

Alicerçando-se no argumento de que os portugueses eram ainda um povo “embebido em medievalismo”, Calmon, encontra espaço para inserir o africano na formação do brasileiro. A princípio apenas como “braço” o negro não teria despertado o interesse cultural do português. O autor cita as “lendas e crenças” como elemento de influência do negro sobre o português, porque este teria um espírito ainda medieval.

Da congregação dessas três “culturas” formou-se o tipo “brasileiro”, um “novo homem” que fez da colonização desta “nova terra” um empreendimento de tipo associativo e expansivo. (REIS, 2006: 51) Entretanto, já existiria uma “unidade” política (a partir da criação do Governo Geral), geográfica e linguística, consolidada no desenvolvimento da nacionalidade, uma vez que, como postula o autor “nenhuma das atuais nações da América foi assim homogênea nos seus começos; e continuou homogênea na sua evolução”. (CALMON, 1933: 34) Existiria assim, uma “unidade espiritual” entre as diversas partes do território brasileiro que não poderia ser quebrada, apesar das mudanças de regimes políticos. De qualquer forma, o Brasil marcharia rumo à prosperidade e autonomia. (CALMON, 1933: 38 e REIS, 2006: 86)

Hélio Vianna, por outro lado, atenta para a formação da nacionalidade indicando como elementos centrais outros fatores que não a formação étnica e cultural brasileira. Entre esses fatores estavam a economia, o povoamento do território e a diplomacia. Tanto os períodos já mencionados, concebidos pelo autor em sua introdução, que relacionam a cronologia política à formação da nacionalidade, quanto o destaque dado aos ciclos econômicos como motivadores da expansão territorial atestam a ênfase conferida aos aspectos anteriormente aludidos.

Ao tratar do período colonial, a autor relaciona o processo de formação territorial brasileiro com os ciclos econômicos. Assim, o primeiro século da formação brasileira é associada ao “Cyclo da Canna de Assucar”, a conquista do Sul é associada ao “Cyclo de Caça ao Índio”, a ocupação do sertão é associada ao “Cyclo de Creação do Gado”, a ocupação do

Centro é associada ao “Cyclo do Ouro e das Pedras”. Em seu entender verificar-se-ia “uma coincidência quasi perfeita dos objetivos econômicos com as diretrizes políticas da nossa dilatação colonial.” (VIANNA, 1935: 14)

A economia colonial se estabeleceu após difíceis vitórias sobre os indígenas e estrangeiros invasores, graças à tenacidade dos colonos. Vianna identifica a “natural cobiça que a tudo presidiu” como “uma das preliminares indisfarçáveis da nossa grandeza”. O fator econômico, mais do que a formação de um homem “brasileiro” foi o responsável pela expansão territorial e pela integração das diversas partes desse território. (VIANNA, 1935: 13)

Além disso, o autor não se baseia na mestiçagem como elemento definidor da identidade nacional. Apesar de localizar a formação de uma consciência nacional também na luta contra as invasões holandesas, caracterizando a vitória como “conseqüência de uma solida, comquanto incipiente, compreensão do espírito nacional”, Vianna não faz nenhuma menção a elementos raciais dos participantes das batalhas. O episódio confirma, segundo ele, a existência “de um valioso nexos entre os varios nucleos de povoamento do paiz, circunstancia do mais alto valor para o futuro como nação independente e caracterisada”, mas sua importância se esgota aí, uma vez que não é feita referência alguma à participação de indígenas e negros na luta pela retomada dos territórios ocupados. (VIANNA, 1935: 52)

Menções à mestiçagem são feitas no capítulo III “Cyclo de Caça ao Indio”. O autor aponta que foram muitas as atitudes tomadas pelos colonos a respeito dos indígenas no período colonial e atribui às missões religiosas de “franciscanos e de carmelitas, de beneditinos e de oratorianos, de capuchinhos e de clérigos seculares” as tentativas de “preservar da exterminação total os antigos habitantes da terra”. O autor, portanto, ao caracterizar os indígenas como “antigos” moradores da terra, não defende o direito à permanência nela e nem a imunidade à escravização, vista como uma necessidade econômica e uma fundamental fonte de “dilatação e fixação territorial, de modo a lhe ser garantida a grande área posterior.” (VIANNA, 1935: 57)

Ainda assim, o autor aponta no Nordeste do Brasil a ocorrência de

ampla mestiçagem que ainda se nota em todo o Norte do paiz, da Bahia para cima, e que chega ao ponto de haver proporcionado o apparecimento de um typo ethnico especial e definido, o do caboclo, em toda essa região, que é a maior do paiz. (VIANNA, 1935: 59)

O caboclo nordestino, que resultou da adaptação do indígena à vida pastoril, segundo o autor “foi uma das condições mais seguras com que pôde contar a unidade nacional, tendo sido sempre, ao lado do paulista e do portuguez, o devassador das nossas terras mais longínquas”. Em seguida, elogia “essas populações do Nordeste”, que segundo ele “têm constituído um factor dos mais valiosos para a affirmação do caracter e do typo brasileiro”. Vemo-las, “no seu afan de povoar todo o coração do Brasil”. (VIANNA, 1935: 73-74)

Contudo, se o autor faz um elogio dos elementos provenientes da mestiçagem entre brancos e indígenas, o mesmo não se pode dizer da mestiçagem proveniente do cruzamento com os negros, vista como um dos problemas provenientes da instituição da escravidão negra no período colonial. A intensa miscigenação que aqui se procedeu entre brancos e negros teria se dado principalmente em virtude da “ausência de preconceito de côr entre os portuguezes”. (VIANNA, 1935: 150)

Diferentemente de Pedro Calmon, que busca no elemento mestiço um “tipo brasileiro”, ressaltando suas características positivas e ignorando as interpretações negativas acerca da mestiçagem, Hélio Vianna considera em sua apreciação a mestiçagem como fonte dos nossos “problemas ethnicos”. O autor afirma que as questões relativas à inferioridade dos mestiços oferecem margem para muitas dissensões, mas não se posiciona em relação a essas questões, citando a divisão dos “mulatos”, feita por Oliveira Vianna, em “indivíduos moralmente superiores e inferiores”. (VIANNA, 1935: 151)

Quiçá o autor achasse que os problemas relativos à miscigenação da população não eram tão graves, pois em sua concepção, o Brasil caminharia para o total branqueamento em pouco tempo. Como forma de referendar a sua posição, aponta os seguintes números sem fazer referência de sua procedência:

A percentagem de pretos, por exemplo, que em 1872 era de 16%, desceu a 12% em 1890 e agora não é maior que 7%. E a dos brancos no mesmo período, subiu de 38% a 70%, as diferenças entre as duas sendo preenchidas pelos mestiços, aliás também

em franca diminuição. Ahi se encerra mesmo a certeza de que a coexistencia de brancos e negros não é um problema para nós. (VIANNA, 1935: 155)

A coexistência entre brancos e negros para o autor não seria um problema porque em sua concepção os negros tenderiam a desaparecer, bem como os mestiços. Se Vianna reconhece que nos setores do “flok-lore, as crendices, a alimentação, as diversas manifestações artísticas, a agricultura, os costumes”, as influências africanas, conjuntamente com os elementos europeus e americanos muito contribuíram para a mistura racial, por outro lado, nega a presença do elemento negro na constituição da população brasileira, afirmando estar ele fadado a desaparecer em pouco tempo.

Considerações finais

Ao refletirem sobre o seu presente os autores Hélio Vianna e Pedro Calmon se aprofundaram no passado brasileiro para projetar, cada um a seu modo, o futuro para a nação. (DANTAS, 2007: 13) A diversidade de interpretações historiográficas surgidas na década de 1930 acerca da nacionalidade brasileira está para além das obras que se tornaram clássicas na historiografia brasileira, como as da “tríade consagrada” Gilberto Freyre, Caio Prado Junior e Sérgio Buarque de Hollanda, tidas como padrões de inovação para a época. (FRANZINI, 2006: 12)

A atuação intelectual naquele momento se fazia no sentido de compreender o que caracterizaria o Brasil e a nacionalidade brasileira. As coleções que publicaram sínteses acerca da história nacional fazem parte dessa ação no campo editorial, em um momento que a publicação de livros no Brasil ainda se mostrava um mercado incipiente.

Pedro Calmon e Hélio Vianna eram discípulos de Capistrano de Abreu e buscavam fazer uma história baseada em documentos, visando o alcance de uma síntese, elaborada com base na substância constitutiva da nação. A seleção deste ou daquele aspecto como primordiais para o entendimento da formação nacional diz respeito às opções políticas defendidas por esses intelectuais.

Ambos buscaram o IHGB como um lugar de pertencimento e sociabilidade, assim como Capistrano o fizera alguns anos antes e assim entraram para a historiografia sob a classificação de “tradicionais”. Como vimos, mesmo tendo sido ambos qualificados como tal, suas visões acerca da história do Brasil não apontam, na década de 1930 apenas semelhanças, mas também muitas especificidades e variações. Dessa forma, entendemos que mesmo tendo sido qualificadas como “tradicionais”, suas obras merecem ser objeto de estudos mais aprofundados.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Mariele de. **Discursos Racialistas em Pedro Calmon - 1922/33**. Dissertação (Mestrado em História). UFBA, 2006.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Ronda Noturna: Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 1988, pp.28-54.

CALMON, Pedro. **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. (Brasiliana, vol. 14)

_____. **História da Civilização Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

_____. **História da Civilização Brasileira**. 3. ed. atual. Brasília : Senado Federal, 2002.

COELHO, Lucinda Coutinho de Mello. A obra de Hélio Vianna. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, volume 147, n. ° 353: out/dez. 1986. pp. 1156-1208.

DANTAS, Carolina Vianna. **O Brasil café com leite: história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos**. Rio de Janeiro, 1903-1914. Tese de doutorado (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História/UFF, 2007.

DOYLE, Plínio. Bibliografia de Pedro Calmon. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Ano 147, n. 351, p. 585-614, abr./jun. 1986. pp. 585-614.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas sobre a Institucionalização dos Cursos Universitários de História no Rio de Janeiro. In: GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. (Org.). **Estudos sobre a Escrita da História**. Estudos sobre a Escrita da História. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2006. p. 139-161.

FRANZINI, Fábio. **À sombra das palmeiras**: a coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959). Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 85-120.

_____. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996.

GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano**: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da UFF, Niterói, 2006.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Do litoral para o interior: Capistrano de Abreu e a escrita da história oitocentista. In: CARVALHO, José Murilo de e NEVES, Lucília Maria (Orgs.) **Repensando o oitocentos**: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 268-292.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. 2 ed. ver e ampl. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2005.

REIS, José Carlos. Civilização brasileira e otimismo ultraconservador (ingênuo): Pedro Calmon e a visão romântica e cristã da nação brasileira. In: REIS, José Carlos. **Identidades do Brasil 2**: de Carmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 33-86.

_____. Anos 1850: Varnhagen. O elogio da colonização portuguesa. In: REIS, José Carlos. **Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 9. ed. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. pp. 23-50.

_____. Anos 1900: Capistrano de Abreu. O surgimento de um povo novo: o brasileiro. In: REIS, José Carlos. **Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 9. ed. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. pp. 85-114.

SANTOS, Ivan Norberto dos. **A historiografia amadora de Rocha Pombo**: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República. 196 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. Entre revisões e traduções: história e integração regional no Brasil e na Argentina (1930-1940) RANGEL, Marcelo de Mello ; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAÚJO, Valdei Lopes de (Orgs.). **Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia**: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução: Dora Rocha. 2ed. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003. pp.231-270.

VIANNA, Hélio. **Formação Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1935. (Problemas políticos contemporâneos n. 5)